

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 13, Número 1, Maio de 2024

Traduções

A surpreendente resiliência da democracia

Steven Levitsky e Lucan A. Way

**Países do Golfo Pérsico e sharp power:
de aliados a adversários**

Christopher Davidson

O autocrata em formação: 10 anos do regime Sisi

Hesham Sallam

A resistência global aos direitos LGBTQI

Phillip Ayoub e Kristina Stoeckl

Artigos Inéditos

Crise climática e crise da democracia?

**Um mapeamento dos desafios para as democracias
em um mundo que aquece**

Luiza Veronese Lacava, Marina Shhessarenko Fraife Barreto e

Mônica Sodré Pires

**A integração da África nas finanças internacionais
e suas consequências políticas**

Nicolas Lippolis

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDA O FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



A surpreendente resiliência da democracia

Steven Levitsky e Lucan A. Way

“A Constituição não é um pacto suicida”

Abraham Lincoln

Steven Levitsky é professor de governo na Universidade Harvard. Lucan A. Way é professor de ciência política na Universidade de Toronto. São copresidentes do conselho editorial do Journal of Democracy.

A democracia tem se mostrado surpreendentemente resiliente no século 21. Ao fim da extraordinária expansão democrática global do final do século 20, várias democracias proeminentes, incluindo as das Filipinas, Hungria, Índia, Tailândia, Turquia e Venezuela, sofreram retrocesso ou colapso. Mas a grande maioria das democracias da “terceira onda” — regimes que se tornaram democracias entre 1975 e 2000 — persiste¹. Apesar de um ambiente internacional cada vez mais desfavorável, os temores de uma “onda reversa” ou de um “renascimento do autoritarismo” global ainda não se concretizaram. E o último quarto de século continua sendo, de longe, o mais democrático da história.

A democracia sobreviveu ao fim das condições globais que ajudaram a impulsionar a terceira onda. Começando no sul da Europa em meados dos anos 1970, varrendo a América do Sul nos anos 1980 e atingindo o pico na década seguinte ao colapso da União Soviética, a onda quase triplicou o número de democracias no mundo (de 36 em 1975 para 95 em 2005, de acordo com o projeto Variedades da Democracia [V-Dem]). Essa expansão democrática sem precedentes

*Publicado originalmente como “Democracy’s Surprising Resilience”, *Journal of Democracy*, Volume 34, Number 4, October 2023 © 2023 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

foi apoiada por um ambiente internacional excepcionalmente favorável². A era pós-Guerra Fria, aproximadamente entre a queda do Muro de Berlim (1989) e a invasão do Iraque liderada pelos EUA (2003), foi mais favorável à democracia do que qualquer outro período da história. O colapso soviético fez o governo de partido único cair em descrédito enquanto modelo de regime e eliminou a principal fonte de apoio externo a essas ditaduras. Também destruiu a razão de ser das ditaduras anticomunistas.

A queda do comunismo levou a um breve, mas consequente, período de hegemonia liberal ocidental, durante o qual os Estados Unidos e a União Europeia foram as principais potências econômicas, militares e ideológicas do mundo. O virtual monopólio do Ocidente na provisão de assistência econômica criou fortes incentivos para que os Estados periféricos adotassem instituições ao estilo ocidental, particularmente eleições multipartidárias. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos e outras potências ocidentais promoveram a democracia como nunca antes. O fim da Guerra Fria removeu uma importante prioridade da política externa, abrindo caminho para uma promoção mais consistente e enérgica da democracia. Assim, a UE usou uma condicionalidade estrita de adesão para incentivar a democratização na Europa Central e Oriental, enquanto Washington aplicou pressão econômica, diplomática e, ocasionalmente, militar para desencorajar golpes de Estado e incentivar autocratas a deixar o poder ou a realizar eleições competitivas.

Essas mudanças geopolíticas tiveram consequências abrangentes. Privadas de apoio externo e enfrentando graves problemas econômicos, tanto as ditaduras apoiadas pela União Soviética quanto as anticomunistas mergulharam em crise no início dos anos 1990. Em toda a África, na antiga União Soviética e em partes da Ásia e das Américas, autocratas isolados e falidos ou realizaram eleições competitivas ou foram destituídos do poder nos anos 1990, dando origem a dezenas

de novos regimes multipartidários. O número de regimes de partido único *de jure* na África caiu de 29 em 1989 para zero em 1994³. Nem todos esses novos regimes multipartidários eram completamente democráticos, mas muitos deles eram bastante competitivos. Assim, em meados dos anos 1990, a democracia era “o único jogo possível” em muitas partes do mundo.

O alcance extraordinário da terceira onda aponta para um fato subestimado: as democracias performaram acima do esperado na era pós-Guerra Fria⁴. Décadas de pesquisas em ciências sociais identificaram uma série de condições estruturais que tornam tanto a democratização quanto a sobrevivência democrática mais prováveis, incluindo o desenvolvimento do capitalismo, uma ampla classe média e classe trabalhadora, uma sociedade civil forte, baixa desigualdade social, instituições estatais eficazes e crescimento econômico. Durante os anos 1990, a democracia surgiu em países com poucas ou nenhuma dessas condições — como Albânia, Benin, Bolívia, El Salvador, Gana, Honduras, Madagascar, Mali, Mongólia e Nicarágua. Essas democratizações surpreendentes eram frequentemente vistas como um desafio ou até mesmo como uma refutação das teorias estruturalistas estabelecidas, mas uma explicação mais plausível é que as condições internacionais eram tão singularmente favoráveis à democracia que atenuaram os efeitos dos fatores estruturais.

O fim da hegemonia liberal ocidental

As condições favoráveis dos anos 1990 não perdurariam⁵. A ascensão da China e o ressurgimento da Rússia como uma potência iliberal agressiva remodelaram o cenário global, encerrando a hegemonia liberal ocidental. À medida que o equilíbrio de poder se deslocava, a influência das democracias liberais ocidentais diminuía.

Cada vez mais, autocratas podiam recorrer a Pequim, a Moscou ou a potências regionais emergentes, como Irã e Arábia Saudita, para obter apoio militar e econômico. Ao mesmo tempo, altas históricas nos preços do petróleo, do gás e de outros produtos minerais de exportação permitiram que muitos regimes autocráticos se estabelecessem (Equador, Venezuela), se consolidassem (Azerbaijão, Rússia) ou se reconsolidassem (Argélia, Camarões, Gabão, República do Congo) no poder. A combinação de apoio externo e recursos abundantes ampliou a margem de manobra dos autocratas, reduzindo sua dependência do Ocidente liberal. Na década de 2010, a democracia já não era mais o único jogo possível.

Simultaneamente, a crise financeira global de 2008, os fracassos dos EUA no Afeganistão e no Iraque e o surgimento de forças iliberais no interior de democracias estabelecidas corroeram o prestígio e a autoconfiança das potências ocidentais, reduzindo também sua disposição e capacidade de promover externamente a democracia. A UE, que havia sido tão influente no sul da Europa nos anos 1970 e na Europa Central nos anos 1990, pouco fez para combater o autoritarismo emergente na Hungria, na Sérvia e em outros lugares na década de 2010⁶. Da mesma forma, enquanto as administrações dos EUA haviam intervindo com sucesso para bloquear tentativas de tomada autoritária do poder no Equador, Guatemala, Haiti, Paraguai, República Dominicana e em outros lugares no final do século 20, Washington não foi capaz de fazer o mesmo em El Salvador, Honduras, Nicarágua e Venezuela no século seguinte.

Assim, na década de 2010, os custos externos do autoritarismo haviam diminuído significativamente. Mesmo governos de Estados periféricos com laços estreitos com o Ocidente, como El Salvador, Hungria e Nicarágua, descobriram que podiam atacar as instituições democráticas impunemente.

Igualmente desafiadoras para muitas democracias da terceira onda foram as dificuldades inerentes a governar em “lugares difíceis”⁷. De-

mocracias recentes são geralmente mais propensas ao colapso, mas são especialmente propensas a crises em Estados fracos, com economias voláteis, desigualdade arraigada e pobreza e violência generalizadas. No início do século 21, muitas novas democracias enfrentaram todas ou quase todas essas condições. Não é surpreendente que os governos eleitos nessas democracias governassem mal. Desempenho econômico ruim, corrupção, aumento dos índices de criminalidade e políticas sociais insuficientes e ineficazes geraram amplo descontentamento popular. Em uma democracia incipiente, sem instituições fortes ou um histórico de governo democrático, esse descontentamento pode ser fatal.

Havia, portanto, boas razões para esperar que muitas democracias da terceira onda fracassassem no início do século 21. A democracia havia emergido em muitos lugares difíceis e as condições internacionais excepcionalmente favoráveis, que outrora facilitaram a democratização nesses lugares, não existiam mais.

De fato, muitas das democracias que haviam nascido sob condições especialmente desfavoráveis sofreram retrocesso (Benin, Bolívia, El Salvador, Honduras) ou colapso (Mali, Nicarágua). E vários países de renda média atormentados por instabilidade econômica aguda, desigualdade, corrupção ou violência viveram um crescente descontentamento público e elegeram figuras populistas ou autoritárias que ameaçavam as instituições democráticas. Várias dessas democracias (Equador, Filipinas, Sri Lanka, Tunísia e Turquia) sofreram retrocessos, e algumas (Tailândia, Venezuela) colapsaram.

Essas crises emergentes produziram uma mudança de humor dramática entre os observadores da democracia. Acadêmicos aludiram à emergência de uma “recessão democrática”, um “renascimento do autoritarismo” global⁸ e até mesmo uma “terceira onda de autocratização”⁹. O relatório anual de 2022 da Freedom House apontou para uma “expansão global de regimes autoritários”. O relatório de 2023 do projeto Variedades da Democracia (V-Dem) afirmou que os níveis

globais de democracia haviam voltado para os níveis de 1986 e, portanto, que os avanços democráticos globais dos últimos trinta e cinco anos haviam sido “anulados”¹⁰.

Os dados não apoiam essas afirmações. Em seu relatório cobrindo o ano de 2013, a *Freedom House* listou noventa países como “livres”. Uma década depois, esse número era de 84. De acordo com o V-Dem, o número de democracias liberais e eleitorais no mundo caiu de 96 em 2016 para 90 em 2022. Ambos os índices relatam que há aproximadamente tantas democracias hoje quanto havia no início do século 21 — e muito mais democracias do que havia em 1995, no auge da terceira onda. Esse modesto declínio democrático contrasta fortemente com o período entreguerras, quando o número de democracias caiu em mais de um terço, de 27 para 17¹¹. Outros índices, como o banco de dados *Polity* e o *Lexical Index of Electoral Democracy*, encontram pouca ou nenhuma evidência de uma recessão democrática. Em particular, Andrew Little e Anne Meng, que desenvolveram um índice de democracia baseado em medidas objetivas, incluindo a alternância de poder, a proporção de voto e de assentos dos partidos no poder e dados sobre repressão a jornalistas compilados pelo Comitê para a Proteção dos Jornalistas (*Committee to Protect Journalists*), encontram “poucas evidências de retrocesso”¹². Os indicadores usados por Little e Meng são vagos e não conseguem capturar muitas formas de abuso autoritário, mas sua análise destaca um fato importante: a taxa de alternância de poder “permaneceu bastante constante desde o final dos anos 1990”¹³.

Assim, mesmo que a *Freedom House* e o V-Dem estejam corretos ao identificar um aumento do abuso dos mandatários na última década, as consequências desse abuso parecem ser modestas, pois muitos governantes com tendências autocráticas não estão sendo capazes de se consolidar no poder. Os regimes na Albânia, Benin, Bolívia, Bulgária, Croácia, Equador, Gana, Guatemala, Honduras, Malawi, México,

Moldávia, Mongólia, Panamá, Peru, República Dominicana, Romênia, Ucrânia e Zâmbia tiveram entre três e seis casos de alternância de poder desde 1990. Alguns desses regimes não são totalmente democráticos, mas a competitividade eleitoral e a regularidade da alternância de poder sugerem que eles também não estão se “autocratizando”.

Percepção versus realidade

Se os principais índices sugerem apenas uma modesta erosão da democracia global, o que explica a percepção generalizada de um declínio acentuado? Vemos várias razões. Primeiro, a eleição de líderes iliberais ou autoritários é frequentemente confundida com retrocesso democrático. Eleger um presidente ou primeiro-ministro com tendências autocráticas certamente aumenta o risco de retrocesso, mas isso não deve ser tomado como evidência de retrocesso. Líderes eleitos com credenciais democráticas duvidosas podem governar de maneira democrática. Exemplos incluem Ernesto Pérez Balladares, do Panamá, que foi eleito pelo Partido Revolucionário Democrático, de Manuel Noriega, apenas cinco anos após a queda do ditador que governou o país entre 1983 e 1989; Ollanta Humala, do Peru, um golpista fracassado que se lançou na carreira política como um populista radical nos moldes de Hugo Chávez; o bilionário populista Andrej Babiš, que foi primeiro-ministro da República Tcheca de 2017 a 2021; e Giorgia Meloni, primeira-ministra da Itália (cujo partido Irmãos da Itália tem raízes no fascismo italiano) desde 2022. Em outros casos, os líderes tentaram enfraquecer ou subverter as instituições democráticas, mas não foram bem-sucedidos e, portanto, deixaram o cargo com a democracia intacta. Exemplos incluem Álvaro Uribe na Colômbia, Donald Trump nos Estados Unidos, Jair Bolsonaro no Brasil e, muito provavelmente, Andrés Manuel López Obrador no México (cujo mandato se encerra no final de 2024).

Uma segunda razão pela qual as percepções de declínio democrático global não correspondem à realidade é que os casos de retrocesso democrático são, frequentemente, de curta duração. Muitos dos autocratas eleitos que subverteram instituições democráticas no século 21 perderam o poder no período de uma década, resultando, muitas vezes, em um “retorno” à democracia. Por exemplo, a democracia da Moldávia retrocedeu depois que o Partido Comunista chegou ao poder nos anos 2000, mas se recuperou quando os comunistas perderam nas urnas em 2009. Na Ucrânia, o retrocesso sob o comando de Viktor Yanukovich foi revertido após sua queda nos protestos Euromaidan, em 2014. No Sri Lanka, o descambo para a autocracia foi contido pela derrota eleitoral do presidente Mahinda Rajapaksa em 2015 — e, novamente, após a família Rajapaksa ser derrubada por protestos em massa em 2022. Na Macedônia do Norte, o retrocesso sob o primeiro-ministro Nikola Gruevski foi interrompido após protestos populares o forçarem a renunciar. No Equador, o retrocesso sob o presidente Rafael Correa foi revertido após ele deixar o cargo em 2017. Da mesma forma, o retrocesso foi revertido na Zâmbia após a derrota do presidente Edgar Lungu nas eleições de 2021 e em Honduras após o presidente Juan Orlando Hernández deixar o poder em 2022.

Uma terceira razão pela qual o nível geral de “autocratização” é mais modesto do que parece é que os casos de retrocesso democrático foram compensados por avanços democráticos em outros países. Armênia, Colômbia, Gâmbia, Libéria, Malásia, Moldávia, Nepal, Senegal, Serra Leoa e Sri Lanka fizeram avanços democráticos nos últimos quinze anos, mas esses casos receberam menos atenção — tanto da mídia quanto de acadêmicos — do que retrocessos bem conhecidos como na Hungria, Turquia e Venezuela. Isso também é verdade para muitos casos de sucesso pouco conhecidos, democracias que sobreviveram em “lugares difíceis”, como Romênia, Gana e Mongólia. Embora a resiliência democrática na Romênia — um país pobre sob um regime stalinista há

apenas algumas décadas — seja tão surpreendente quanto o retrocesso na vizinha Hungria, este último caso recebeu muito mais atenção.

Em resumo, a erosão democrática neste século foi modesta. Há poucas evidências de uma onda reversa comparável àquelas que se seguiram à primeira e segunda ondas. Dado que tantas transições da terceira onda* ocorreram em países com condições internas desfavoráveis; que o ambiente internacional se tornou menos favorável; e que a volatilidade econômica, a fraqueza do Estado, a corrupção e a violência erodiram a confiança pública nos governos eleitos em todo o mundo, a sobrevivência de tantas novas democracias revela uma resiliência impressionante.

A surpreendente persistência de regimes democráticos e quase democráticos está apoiada em dois fatores estruturais distintos: em alguns países, ela se baseia na força da sociedade, que é, em grande parte, um produto do desenvolvimento socioeconômico; em outros países, ela se baseia — de forma mais precária — na fraqueza autoritária, que é, em grande medida, um produto da incapacidade do Estado.

Modernização e resiliência democrática

Uma das razões pelas quais muitas democracias da terceira onda sobrevivem é a modernização. Décadas de estudos demonstraram uma correlação robusta entre desenvolvimento econômico e estabilidade democrática¹⁴. Excluindo os grandes produtores de petróleo, 51 dos 53 países de alta renda do mundo são democracias (Hungria e Singapura são as únicas exceções).

* Nota do editor brasileiro: O conceito de “onda democratizante” foi cunhado pelo historiador americano Samuel P. Huntington. Segundo ele, a primeira onda ocorreu durante o século 19, devido à influência liberalizante das revoluções francesa e americana, e durou até 1926, com o advento do fascismo e do nazismo. A segunda onda foi do fim da Segunda Guerra Mundial até 1960, quando começaram a surgir as ditaduras latino-americanas. A terceira onda se iniciou em 1974, com a volta da democracia a Portugal e à Grécia, e à Espanha, em 1975. Expandiu-se nas décadas seguintes pela América Latina, Ásia, Europa Central e Oriental e África.

Como, precisamente, o desenvolvimento econômico promove a democracia? Uma escola de pensamento, exemplificada por Seymour Martin Lipset e, mais recentemente, Ronald Inglehart e Christian Welzel, destaca o papel da educação no desenvolvimento de valores democráticos de tolerância e autoexpressão¹⁵. Outros estudiosos argumentam que, ao reduzir a desigualdade social, o desenvolvimento pode atenuar o radicalismo e a polarização (Lipset, novamente) ou reduzir o custo da democracia para as elites ricas, aliviando a pressão por redistribuição e aumentando a mobilidade do capital¹⁶. Outros, ainda, sustentam que a industrialização enfraquece as classes latifundiárias antidemocráticas e fortalece outras classes sociais, como a burguesia e a classe trabalhadora, cujos interesses são mais bem atendidos em uma democracia liberal¹⁷.

Nossa abordagem, que se baseia no trabalho de Robert A. Dahl, centra-se na distribuição de poder e recursos na sociedade¹⁸. Para Dahl, a democracia tem mais chances de surgir e sobreviver em uma “ordem social pluralista”, onde riqueza, renda, habilidades, status e outros recursos críticos estão dispersos pela sociedade.

A concentração de recursos é uma receita para a autocracia. Quando o Estado monopoliza as principais fontes de riqueza e renda, os cidadãos dependem do governo para obter recursos — emprego, renda, moradia, empréstimos, contratos — que são essenciais para sua subsistência. Os governos podem explorar essa dependência negando a seus rivais e críticos o acesso a recursos tão necessários (ao mesmo tempo em que facilitam esse acesso a pessoas leais ao regime). A democracia requer oposição, e a oposição sustentável requer organização. Organizações autônomas devem ter acesso independente a recursos. Cidadãos que temem perder seus empregos, renda ou moradia são menos propensos a se juntar a organizações cívicas ou de oposição, e empresas cuja sobrevivência depende de subsídios, crédito, contratos ou licenças do Estado são menos propensas a financiar esses grupos.

Nesse contexto, é quase impossível para grupos de oposição mobilizar um grande número de pessoas ou construir organizações duradouras. Eventualmente, muitos deles acabam cooptados pelo governo, confinados à margem da política ou extintos por falta de recursos.

O desenvolvimento econômico gera rendimentos individuais mais altos e, particularmente se gerados de forma privada, empoderam os cidadãos, que se tornam menos dependentes do Estado ou de redes clientelistas, menos propensos a vender seus votos e mais bem posicionados para se opor ativamente ao governo, fortalecendo a oposição e a democracia.

Quando os recursos estão concentrados no Estado, então, os grupos de oposição são quase invariavelmente fracos, desorganizados e vulneráveis à cooptação ou ao colapso. A concentração autoritária de recursos pode assumir várias formas. Uma delas é o estatismo econômico. Quando o Estado controla os meios de produção e as

principais fontes de emprego e renda, os setores privados são pequenos e dependentes, deixando as oposições sem bases financeiras, e os críticos podem ser facilmente privados dos meios de subsistência¹⁹. Assim, em países como China, Cuba, Coreia do Norte, Vietnã e Belarus e Rússia pós-comunistas, o controle estatal da economia produz assimetrias extremas de poder, que minam a viabilidade da oposição. De fato, dos vinte e cinco países economicamente mais estatistas do mundo (de acordo com o Índice de Liberdade Econômica da *Heritage Foundation*), apenas dois — Suriname e Timor-Leste — eram totalmente democráticos em 2023²⁰.

Outra forma de extrema concentração de recursos é o “petro-Estado”. Em economias rentistas baseadas no petróleo, como as da Arábia Saudita e monarquias vizinhas, o Estado detém a maior parte da riqueza, criando uma situação semelhante a uma economia planificada: o

controle governamental sobre a distribuição de recursos aumenta drasticamente o custo — para cidadãos, empresas e sociedade civil — de se manifestar ou protestar contra aqueles que estão no poder. Assim, as bases estruturais da oposição — e, conseqüentemente, da democracia — são fracas. De fato, 20 dos 21 Estados em que as rendas do petróleo constituíam (de acordo com o Banco Mundial) pelo menos um décimo do PIB em 2021 são autocracias. A Guiana é a única exceção.

Historicamente, a fonte mais comum de concentração autoritária de recursos tem sido o subdesenvolvimento. Sociedades agrárias pobres, nas quais a propriedade e a riqueza estão concentradas no Estado e em uma elite latifundiária, enquanto uma esmagadora maioria dos cidadãos são habitantes rurais que vivem em níveis de subsistência, são uma base fraca para a democracia. Antes da Revolução Industrial, tais condições deram origem a monarquias absolutistas ou (quando as elites latifundiárias eram capazes de limitar o poder real) oligarquias constitucionais. Espalhadas pelo interior do país e sem recursos ou organização, as maiorias rurais pobres geralmente não dispunham da força de mobilização para alcançar ou sustentar a democracia.

Desenvolvimento capitalista e robustez democrática

Essa força surge com o desenvolvimento econômico, especialmente o desenvolvimento capitalista. Por um lado, o desenvolvimento econômico gera rendas individuais mais altas. Rendimentos mais altos, particularmente se gerados de forma privada, empoderam os cidadãos ao aumentar sua autonomia. Cidadãos mais ricos são menos dependentes do Estado ou de redes clientelistas, menos propensos a vender seus votos e, portanto, mais bem posicionados para se opor ativamente ao governo. Eles possuem tempo, habilidades e recursos para se juntar a organizações independentes e buscar e ob-

ter informações na mídia privada. Cidadãos mais ricos também ajudam a financiar organizações cívicas e de oposição, o que pode ser fundamental para sua sobrevivência. Assim, a riqueza da sociedade aumenta drasticamente a demanda e a oferta de mídia independente, associações cívicas e grupos de oposição.

O desenvolvimento capitalista também dá origem a um setor privado mais robusto — um que é menos vulnerável à cooptação ou sanções socioeconômicas. Com frequência, as classes capitalistas emergentes não apenas buscam fortalecer as restrições institucionais ao poder estatal, mas, crucialmente, possuem os recursos para sustentar movimentos por reforma democrática²¹. O setor privado é frequentemente uma importante fonte de financiamento para partidos políticos, mídias independentes, organizações da sociedade civil e movimentos democráticos. Como mostrou Lisa Mueller, um grande impulsionador dos protestos políticos na África do século 21 tem sido o crescimento das classes médias capazes de financiá-los²². Os capitalistas nem sempre apoiam a democracia. De fato, em alguns contextos (por exemplo, em grande parte da Ásia Oriental e da América Latina durante a Guerra Fria), eles apoiaram ditaduras de direita. No entanto, um setor privado saudável e autônomo é uma condição necessária para uma democracia duradoura.

O desenvolvimento econômico também fortalece as classes antes marginalizadas, particularmente as classes trabalhadoras. Os trabalhadores da indústria, tal como os capitalistas, não são invariavelmente pró-democracia²³. Mas o crescimento das classes trabalhadoras industriais aumenta a capacidade de mobilização coletiva dos pobres urbanos, o que frequentemente muda a distribuição de poder na sociedade, reduzindo o poder das elites oligárquicas ou do regime autoritário. De fato, a expansão da classe trabalhadora fortaleceu dramaticamente os movimentos democráticos no início do século 20 na Europa e no final do século 20 na África do Sul, Brasil, Coreia do Sul, Espanha e Polônia²⁴.

A urbanização também aumenta a capacidade de organização e mobilização coletiva das sociedades²⁵. A população urbana pode rapidamente compartilhar informações e construir redes que se tornam bases para a ação política organizada²⁶. As cidades também aproximam os protestos de oposição do “sistema nervoso central do governo”, o que aumenta sua probabilidade de sucesso²⁷. Mobilizações coletivas não violentas — o que Mark Beissinger chama de “revoluções urbanas” — aumentam o custo da repressão e podem sobrecarregar a capacidade repressiva de um Estado. Revoluções urbanas nem sempre são democratizantes, mas, como mostra Beissinger, elas tiveram um impacto líquido positivo nas últimas décadas tanto na democracia eleitoral quanto nas liberdades civis²⁸.

Por fim, o aumento da educação e da alfabetização facilita a mobilização política ao aumentar entre os cidadãos a autoeficácia, o conhecimento sobre política e a exposição a novas ideias e práticas. De fato, pesquisas recentes mostram uma relação clara entre a expansão da educação e a participação política de longo prazo²⁹.

Em suma, o desenvolvimento capitalista gera fontes independentes de poder econômico e social, reduzindo recursos disponíveis ao Estado e tornando mais difícil o monopólio do controle político. Rendas mais altas, setores privados mais ricos, classes média e trabalhadora maiores e cidades maiores geram o que pode ser chamado de *poder social compensatório*, algo fundamental para alcançar e sustentar a democracia. Ao aumentar a capacidade dos cidadãos de se organizarem independentemente do Estado, o desenvolvimento econômico cria as bases estruturais para uma oposição viável.

A emergência de um poder social compensatório não garante, evidentemente, a democratização, especialmente no curto prazo. Desemprego econômico, sucessões de lideranças, guerras e outras contingências moldam a probabilidade de transições democráticas³⁰. Com o tempo, no entanto, a existência de uma ordem social pluralista e de

um poder social compensatório torna o autoritarismo mais difícil de sustentar. Oposições bem financiadas e com grandes bases de apoio são mais caras para reprimir, mais difíceis de cooptar e mais formidáveis nas urnas. A riqueza da sociedade e a dispersão de recursos tornam mais provável que o colapso do regime autoritário resulte em democratização e aumentam a probabilidade de que novas democracias sobrevivam. Tomar e consolidar o poder autocrático é muito mais difícil quando os recursos estão dispersos pela sociedade em vez de concentrados no Estado.

Condições internas favoráveis se espalham

A modernização nos ajuda a entender a resiliência democrática contemporânea porque o mundo é consideravelmente mais desenvolvido hoje do que era quando a terceira onda começou, nos anos 1970. Há meio século, poucos países fora da Europa Ocidental e da América do Norte se caracterizavam por níveis de desenvolvimento capitalista, urbanização e educação que nos levassem a esperar uma democracia estável. Mesmo países agora industrializados, como África do Sul, Coreia do Sul, Portugal e Taiwan, ainda eram predominantemente rurais no início dos anos 1970. Em toda a Ásia, América Latina e Europa Central e Oriental comunista, os setores privados, os movimentos trabalhistas independentes e as sociedades civis eram fracos ou inexistentes, o que limitava o poder social compensatório. As democracias estáveis que haviam surgido nessas regiões (Costa Rica, Índia, Venezuela) eram exceções.

No início do século 21, no entanto, as condições internas em grande parte do mundo haviam se tornado mais favoráveis à democracia. O mundo tornou-se mais rico. O número de países classificados como de “alta renda” pelo Banco Mundial mais do que dobrou entre 1987 e 2022, de 25 para 53 (excluindo os países exportadores de petróleo). A

urbanização aumentou significativamente. Enquanto apenas cerca de um terço da população mundial vivia em cidades em 1974, hoje mais da metade (56%) vive em cidades. A alfabetização global também aumentou consideravelmente, e a proliferação das tecnologias de informação e comunicação expandiu drasticamente o acesso à informação e aumentou o potencial de mobilização coletiva.

As consequências políticas dessas mudanças foram profundas. Tome a Coreia do Sul como exemplo. Quando o golpe militar do General Park Chung Hee encerrou um breve experimento democrático em 1961, o país era pobre e predominantemente rural, com pequenas classes média e trabalhadora, incapazes de sustentar uma sociedade civil robusta. No entanto, a rápida industrialização mudou tudo isso. Quando os estudantes se mobilizaram contra a ditadura em 1987, seus apoiadores incluíam poderosos sindicatos e uma grande, próspera e cada vez mais bem-organizada classe média urbana, cujas “tropas de gravata” ajudaram a fazer com que as manifestações pró-democracia fossem bem-sucedidas³¹. Os governos democráticos então contaram com o apoio da classe média para afastar os militares da política no início dos anos 1990. O novo regime passou facilmente pela crise financeira asiática de 1997 e, hoje, a Coreia do Sul tem a décima segunda maior economia do mundo e sustenta uma democracia robusta.

De forma similar, o primeiro movimento significativo pela democracia na África do Sul, liderado pelo Congresso Nacional Africano (ANC) nos anos 1950, foi esmagado após o Massacre de Sharpeville em 1960. Na época, a África do Sul era uma sociedade majoritariamente rural, com minúsculas classes média e trabalhadora negras, o que permitiu que o apartheid perdurasse por quase uma geração sem grandes dificuldades. A rápida industrialização nos anos 1960 e 1970, no entanto, deu origem a um poderoso movimento operário e a uma sociedade civil urbana robusta, que sustentaram os protestos em massa que tornaram a democratização possível³². Agora, quase 70% urbana e

mais de quatro vezes mais rica (per capita) do que era nos anos 1970, a África do Sul tem sido uma democracia estável por três décadas. Processos semelhantes de industrialização geraram condições estruturais favoráveis à democracia na Espanha, Grécia, Taiwan e, em menor grau, Argentina, Brasil e Uruguai.

Outros casos da terceira onda desenvolveram-se rapidamente após a democratização, apoiados, em grande parte, por extensos laços com o Ocidente. Exemplos incluem Portugal, Chile, México, Panamá, os Estados bálticos e a maior parte da Europa Central. Alguns desses países, incluindo a República Dominicana e a Romênia, eram inicialmente bastante pobres e careciam de Estados efetivos e sociedades civis robustas; de fato, suas transições foram impulsionadas por intensa pressão externa. Com o tempo, no entanto, os fortes laços com o Ocidente provavelmente produziram um rápido desenvolvimento econômico e o surgimento de Estados e sociedades civis mais fortes³³ Assim, embora esses regimes tenham iniciado a terceira onda com condições internas desfavoráveis, o ambiente internacional contribuiu para o surgimento de bases democráticas mais sólidas.

Democracias ricas não são imunes a retrocessos, como deixam claro acontecimentos recentes na Hungria, Israel, Turquia e até mesmo nos Estados Unidos. Mas democracias ricas são notavelmente mais robustas do que as mais pobres. De fato, as democracias mais ricas do mundo tiveram uma taxa de sobrevivência perfeita desde a Segunda Guerra Mundial. Democracias ricas da terceira onda também se mostraram notavelmente estáveis. Até 2022, vinte democracias da terceira onda estavam no grupo de alta renda ou muito próximos dele. Incluindo a Bulgária (que fica um pouco abaixo do limiar do Banco Mundial), são eles: Chile, Chipre, Coreia do Sul, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Grécia, Hungria, Letônia, Lituânia, Panamá, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia, Taiwan e Uruguai. Destes, dezenove são democracias estáveis. A única exceção é a Hungria.

A modernização, portanto, é uma fonte importante de resiliência democrática global. A democracia raramente entra em colapso em sociedades ricas, e o número de sociedades ricas aumentou dramaticamente no início do século 21.

Fraqueza autoritária e política competitiva

No entanto, o desenvolvimento econômico não pode explicar a resiliência de todas as democracias da terceira onda. Mesmo em países com condições estruturais menos favoráveis, muitos regimes democráticos ou quase democráticos — regimes com eleições altamente competitivas e alternância regular de poder, mas que não atendem a todos os critérios de democracia liberal, como Albânia, Benin, Geórgia, Indonésia, Malawi, Moldávia, Senegal, Ucrânia e Zâmbia — persistem no início do século 21. Essa persistência está em grande parte baseada na fraqueza autoritária.

Assim como as novas democracias, a maioria das novas autocracias é frágil. É relativamente fácil para um político com tendências autoritárias chegar ao poder em uma democracia (Bolsonaro no Brasil ou Trump nos Estados Unidos, por exemplo), mas consolidar um regime autoritário é muito mais difícil. A tarefa é mais fácil em Estados rentistas (Angola, Azerbaijão, Cazaquistão, República do Congo), Estados onde o governo controla grande parte da economia (Belarus, Myanmar, Turcomenistão) ou em países muito pobres (Burundi, Chade, Sudão do Sul). Também é mais provável em casos de revolução social violenta (Cuba, Eritreia, Irã, Ruanda, Vietnã), que frequentemente destroem as sociedades civis existentes e criam partidos governantes e instituições de Estado excepcionalmente fortes³⁴.

Frequentemente, no entanto, as autocracias emergentes carecem de qualquer uma dessas condições. De fato, a maioria dos autocratas em potencial herda Estados fracos assolados por corrupção, ineficiência

burocrática e escassez fiscal. A fraqueza do Estado mina o regime autoritário ao limitar a capacidade dos governos de monitorar e controlar o dissenso, cooptar ou reprimir a mídia independente, punir as elites econômicas que financiam a oposição e reprimir protestos. Em casos extremos, burocratas de nível médio ou locais podem ser incapazes de seguir as ordens centrais para cometer fraude eleitoral, enquanto forças de segurança mal pagas e mal equipadas podem se recusar a reprimir protestos e podem até mesmo se juntar a eles. Essa incapacidade estatal derrubou autocracias embrionárias na Geórgia, Haiti, Quirguistão e Madagascar nos anos 1990 e início dos anos 2000.

Muitos novos autocratas também carecem de partidos governantes fortes, que são, muitas vezes, cruciais para um autoritarismo duradouro. Eles organizam e coordenam as elites, distribuindo os espólios do poder para mantê-las felizes e alinhadas ao regime³⁵. A maioria das autocracias pós-Guerra Fria realiza eleições multipartidárias regulares, tornando os partidos vitais também para mobilizar, comprar ou roubar votos. Sem partidos fortes, muitos autocratas são hoje vulneráveis a deserções da elite e derrotas eleitorais. A fraqueza do partido no poder minou o autoritarismo emergente ou contribuiu para a queda de presidentes com tendências autocráticas no Benin, Equador, Malawi, Moldávia, Nigéria, Peru, Senegal, Ucrânia e Zâmbia, entre outros lugares.

Esses são casos de “pluralismo por padrão”, nos quais os incumbentes não dispõem dos recursos e da capacidade coercitiva para consolidar um regime autoritário³⁶. Nesses casos, o pluralismo e a política competitiva persistem não porque as instituições democráticas ou a sociedade civil sejam fortes, mas porque os governos não têm as ferramentas organizacionais ou administrativas básicas para roubar eleições, fechar a mídia independente, reprimir grupos de oposição ou reprimir protestos.

Um exemplo é a Ucrânia. O autocrata eleito Viktor Yanukovich teve que abandonar a presidência e fugir do país em meio aos protestos Euromaidan em 2014, em parte porque as forças de segurança se

fragmentaram e o abandonaram. Mais tarde naquele ano, Petro Poroshenko venceu a eleição presidencial sem um partido estabelecido. Quando tentou declarar lei marcial em 2018, em uma aparente tentativa de adiar a próxima eleição, ele encontrou intensa oposição até mesmo entre seus próprios aliados. A eleição seguiu adiante, e Volodimir Zelenski derrotou Poroshenko de forma contundente. A fraqueza autoritária tem sido uma fonte importante de democracia na Ucrânia.

Benin é um exemplo ainda mais marcante de pluralismo por padrão. Um dos países menos desenvolvidos do mundo, Benin manteve-se democrático por quase três décadas, entre 1991 e 2018. A persistência do pluralismo, de eleições competitivas e de alternância de poder não pode ser explicada pela força da oposição, que era fragmentada e fraca, ou por líderes pró-democracia. Em vez disso, os presidentes Nicéphore Soglo, Mathieu Kérékou e Thomas Boni Yayi não dispunham de partidos políticos ou de controle efetivo sobre o aparato coercitivo, o que os deixou incapazes de desequilibrar o jogo eleitoral a seu favor (Soglo), estender sua permanência no cargo (Kérékou) ou impor seu sucessor escolhido (Yayi). O resultado foram quatro instâncias de vitória da oposição e alternância de poder entre 1991 e 2016.

As dificuldades da consolidação autoritária

Além desses casos extremos de pluralismo por padrão, os esforços recentes para consolidar o autoritarismo foram frequentemente prejudicados pelos inúmeros desafios de governar em países de renda média com Estados fracos. Em toda a África, América Latina e partes da Ásia, instituições estatais fracas resultam em níveis moderados a altos de corrupção, oferta baixa e desigual de serviços públicos, déficits fiscais crônicos, gastos sociais insuficientes e, em muitos casos, violência generalizada. Esses problemas representam uma ameaça às novas democracias, mas também afligem as autocracias emergentes.

Nos últimos anos, diante da erosão do apoio popular, presidentes autocráticos ou com tendências autocráticas na Albânia, Bolívia, Brasil, Equador, Honduras, Macedônia, Malawi, Moldávia, Nigéria, Senegal, Sri Lanka, Tailândia, Ucrânia, Zâmbia e em outros lugares têm perdido eleições ou foram forçados a ceder o poder a sucessores que governaram de forma mais democrática. Em outras palavras, o fracasso de governos de retrocesso eventualmente levou a um “retrocesso” de volta na direção da democracia.

A alternância de poder em regimes autoritários fracos não deve ser confundida com democracia. Na verdade, raramente dá origem a uma democracia estável e está mais frequentemente associada a regimes instáveis e propensos a crises (Albânia, Equador, Malawi, Ucrânia, Zâmbia). Mas a persistência do pluralismo, de eleições competitivas e de alternância de poder não é pouca coisa. No mínimo, isso inibe a consolidação autoritária. Como os governos com tendências autocráticas são incapazes de construir redes clientelistas duráveis ou estabelecer um controle firme sobre instituições como o judiciário, o exército e as autoridades eleitorais, as forças democráticas estão mais bem posicionadas para resistir aos esforços de imposição de uma autocracia completa.

Apesar do fim da hegemonia liberal do Ocidente pós-Guerra Fria, continuamos a viver no período mais democrático da história. Em grande parte do mundo, o pluralismo persiste e até prospera onde há meio século não existia. Essa resiliência está baseada em mudanças estruturais de longo prazo. Embora o ambiente internacional tenha se tornado menos amigável à democracia, as condições internas para a democracia melhoraram substancialmente nas últimas décadas. O mundo tornou-se mais rico, mais urbano, mais educado e interconectado. Em toda a Europa Central e Oriental, América Latina, Ásia Oriental e grande parte da África, o desenvolvimento econômico desconcentrou os recursos políticos e econômicos dos Estados e em direção a grupos anteriormente excluídos, fortalecendo movimentos de oposição e a sociedade civil e, assim, aumentando o custo

do abuso. Além disso, muitos autocratas não dispõem dos recursos e da capacidade organizacional e coercitiva para monopolizar o controle político. Estados fracos e problemas sociais endêmicos são um desafio para as novas autocracias tanto quanto para as novas democracias, impedindo que muitos aspirantes a homens-fortes se consolidem no poder.

Para deixar claro, nada disso significa que está tudo bem. As democracias em todo o mundo enfrentam sérios desafios. O poder chinês e a agressão russa representam ameaças reais, assim como o crescente iliberalismo e polarização dentro de muitas democracias ocidentais. E, por razões que estamos apenas começando a entender, o descontentamento público e a desconfiança em relação às elites e instituições políticas aumentaram dramaticamente em democracias de todo o mundo³⁷. Nesse ambiente difícil, algumas democracias consolidadas e proeminentes, de Hungria e Polônia a Brasil, Estados Unidos, Índia, Israel e México passaram por dificuldades. Esses acontecimentos são profundamente preocupantes. E podem piorar, especialmente se a crise democrática nos Estados Unidos persistir ou se aprofundar.

Para proteger a democracia, no entanto, devemos ter uma compreensão clara de suas vulnerabilidades e de suas forças. Mudanças sociais, econômicas e tecnológicas de longo alcance representam desafios para as democracias do século 21, mas essas mudanças também empoderaram forças pró-democracia em todo o mundo. E, embora forças autoritárias permaneçam ativas em muitos lugares, tornou-se mais difícil, na maioria desses lugares, consolidar a autocracia. Se a riqueza e as cidades continuarem a se expandir, essas vulnerabilidades autoritárias podem se aprofundar ainda mais. Nada disso garante a sobrevivência da democracia. Mas isso deu às forças democráticas, em um número sem precedentes de países, uma possibilidade de sucesso.

Notas

¹ De acordo com o V-Dem, dos países que se tornaram democráticos por pelo menos cinco anos em algum momento entre 1975 e 2000, cerca de três quartos eram democráticos em 2022.

² Samuel P. Huntington, *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century* (Norman: University of Oklahoma Press, 1991); Seva Gunitsky, *Aftershocks: Great Powers and Domestic Reforms in the Twentieth Century* (Princeton: Princeton University Press, 2017).

³ Michael Bratton e Nicolas van de Walle, *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective* (Nova York: Cambridge University Press, 1997), 8.

⁴ Daniel Treisman, “How Great Is the Current Danger to Democracy? Assessing the Risk with Historical Data”, *Comparative Political Studies* (no prelo).

⁵ Larry Diamond, *Ill Winds: Saving Democracy from Russian Rage, Chinese Ambition, and American Complacency* (Nova York: Penguin, 2019).

⁶ Ver R. Daniel Keleman, “The European Union’s Authoritarian Equilibrium”, *Journal of European Public Policy*, v. 27, n. 3 (2020): 481–91.

⁷ Scott Mainwaring e Tarek Masoud, eds., *Democracy in Hard Places* (Nova York: Oxford University Press, 2022).

⁸ Larry Diamond, “The Democratic Rollback: The Resurgence of the Predatory State”, *Foreign Affairs* 87 (março-abril de 2009): 36–48; Diamond, “Facing Up to the Democratic Recession”, *Journal of Democracy* 26 (janeiro de 2015): 144, 151.

⁹ Anna Lührmann e Staffan I. Lindberg, “A Third Wave of Autocratization Is Here: What Is New About It?”, *Democratization* 26 (outubro de 2019): 1095–113.

¹⁰ “Democracy Report 2023: Defiance in the Face of Autocratization”, Instituto V-Dem, https://www.v-dem.net/documents/29/V-dem_democracyreport2023_lowres.pdf, 6, 9.

¹¹ Gunitsky, *Aftershocks*, 103.

¹² Andrew T. Little e Anne Meng, “Measuring Democratic Backsliding”, *PS: Political Science and Politics* (no prelo), 3.

¹³ Little e Meng, “Measuring Democratic Backsliding”, 3.

¹⁴ Para uma revisão recente das evidências estatísticas, ver Daniel Treisman, “Economic Development and Democracy: Predispositions and Triggers”, *Annual Review of Political Science* 23 (maio de 2020): 241–57.

¹⁵ Seymour Martin Lipset, “Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy”, *American Political Science Review* 53 (março de 1959): 69–105; Ronald Inglehart e Christian Welzel, *Modernization, Cultural Change, and Democracy* (Nova York: Cambridge University Press, 2005).

¹⁶ Ver Carles Boix, *Democracy and Redistribution* (Nova York: Cambridge University Press, 2003).

¹⁷ Ben W. Ansell e David J. Samuels, *Inequality and Democratization: An Elite-Competition Approach* (Nova York: Cambridge University Press, 2014); Dietrich Rueschemeyer, Evelyne Huber Stephens e John Stephens, *Capitalist Development and Democracy* (Chicago: University of Chicago Press, 1992).

¹⁸ Robert A. Dahl, *Polyarchy: Participation and Opposition* (New Haven: Yale University Press, 1971), 76–80.

¹⁹ William H. Riker, *Liberalism Against Populism* (Long Grove, Illinois (EUA): Waveland Press, 1982); M. Steven Fish, *Democracy Derailed in Russia* (Nova York: Cambridge University Press, 2005).

²⁰ Ver <https://www.heritage.org/index>. Dois países, Bolívia e Zâmbia, podem ser considerados quase-democracias.

²¹ Ansell e Samuels, *Inequality and Democratization*.

²² Lisa Mueller, *Political Protest in Contemporary Africa* (Cambridge: Cambridge University Press, 2018).

²³ Steven Levitsky e Scott Mainwaring, “Organized Labor and Democracy in Latin America”, *Comparative Politics* 39 (outubro de 2006): 21–42.

²⁴ Dietrich Rueschemeyer, Evelyne Huber Stephens e John D. Stephens, *Capitalist Development and Democracy* (Chicago: University of Chicago Press, 1992); Gay Seidman, *Manufacturing Militance: Workers’ Movements in Brazil and South Africa, 1970–1985* (Berkeley: University of California Press, 1994).

²⁵ Mark R. Beissinger, *The Revolutionary City: Urbanization and the Global Transformation of Rebellion* (Princeton: Princeton University Press, 2022).

²⁶ Paul Staniland, “Cities on Fire: Social Mobilization, State Policy, and Urban Insurgency”, *Comparative Political Studies* 43 (dezembro de 2010): 1628.

²⁷ Beissinger, *Revolutionary City*, 4, 15.

²⁸ Beissinger, *Revolutionary City*, 14, 406–11.

²⁹ Horacio Larreguy e John Marshall, “The Effect of Education on Civic and Political Engagement in Nonconsolidated Democracies: Evidence from Nigeria”, *Review of Economics and Statistics* 99 (julho de 2017): 387–401.

³⁰ Adam Przeworski et al., *Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950–1990* (Nova York: Cambridge University Press, 2000); Treisman, “Economic Development and Democracy”.

³¹ Jang-Jip Choi, *Democracy After Democratization: The Korean Experience* (Stanford: Walter Shorenstein Asia-Pacific Research Center, 2012), 91.

³² Seidman, *Manufacturing Militance*.

³³ Ver Ryszard Rapacki e Mariusz Prochniak, “EU Membership and Economic Growth: Empirical Evidence for the CEE Countries”, *European Journal of Compa-*

rative Economics 16 (verão de 2019): 3–40. Para uma visão alternativa, ver Thomas Barnebeck Andersen, Mikkel Barslund e Pieter Vanhuyse, “Join to Prosper? An Empirical Analysis of EU Membership and Economic Growth”, *Kyklos* 72 (maio de 2019): 211–38.

³⁴ Steven Levitsky e Lucan Way, *Revolution and Dictatorship: The Violent Origins of Durable Authoritarianism* (Princeton: Princeton University Press, 2022).

³⁵ Jason Brownlee, *Authoritarianism in an Age of Democratization* (Nova York: Cambridge University Press, 2007).

³⁶ Ver Lucan A. Way, *Pluralism by Default: Weak Autocrats and the Rise of Competitive Politics* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2015).

³⁷ Ver Matthew Rhodes-Purdy, Rachel Navarre e Stephen Utych, *The Age of Discontent: Populism, Extremism, and Conspiracy Theories in Contemporary Democracies* (Cambridge: Cambridge University Press, 2023).

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EstadoDemocracia>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#MediosComunicacion>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EnsaioDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca>

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#RecursosPesquisa>